

A Cartografia sobre as Drogas Ilícitas na Imprensa Brasileira: Omissões e Destaques nos Mapas Jornalísticos

André Reyes Novaes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. [andrenovaes@yahoo.com.br]

Resumo

A produção cartográfica sobre as drogas ilícitas cresceu na imprensa brasileira nos últimos 30 anos, estimulada tanto pela grande visibilidade que a temática adquire, como pelo desenvolvimento técnico que acentua a frequência dos mapas jornalísticos. No entanto, embora a comunicação de informações sobre as drogas seja feita com o uso frequente de mapas, as reflexões sobre a produção e a difusão destas imagens são inexistentes. O objectivo deste artigo é fazer da cartografia jornalística uma fonte de informação que permita a reflexão sobre como os jornais brasileiros vem sendo utilizados para comunicar diferentes informações sobre as drogas ilícitas na imprensa.

Palavras chave:

Jornalística;
Drogas Ilícitas;
Imagem;
Iconografia.

Abstract

The cartographic production about the illegal drugs grew in the Brazilian press in the last 30 years, stimulated by the great visibility that the thematic acquired, as well as by the technical development which reinforces the frequency of the journalistic maps. However, although the communication of information about the drugs is made with the frequent help of maps, the analysis of the production and the diffusion of these images do not exist. The aim of this paper is to look at the media cartography as an information source that allows the reflection about how the Brazilian newspapers are being used to communicate different information about the illegal drugs in the press.

Keywords:

Journalistic Cartography;
Illegal Drugs;
Image;
Iconography.

I Cartografia Jornalística sobre as Drogas Ilícitas: Negligência e Possibilidades de Estudo

A questão das drogas ilícitas adquiriu visibilidade mundial nas últimas décadas. Neste contexto, a produção de imagens tem sido uma ferramenta com alto potencial para divulgar representações específicas sobre a temática. Entre os vários tipos de imagens que servem a este propósito, aquelas veiculadas na imprensa escrita sob a forma de *mapas jornalísticos* são particularmente interessantes. Esta produção cartográfica peculiar busca representar a espacialidade de um fenómeno ilegal, que possui poucos dados confiáveis e muitos desafios na selecção de práticas cartográficas adequadas para sua representação.

A produção cartográfica sobre as drogas ilícitas cresceu muito na imprensa brasileira nos últimos 30 anos, estimulada tanto pela grande visibilidade que a temática adquire, como pelo desenvolvimento técnico que acentua a frequência dos mapas nos jornais. No entanto, a partir de um estudo anterior sobre a iconografia das drogas ilícitas na imprensa brasileira (Novaes 2005), pode constatar que embora a comunicação de informações sobre as drogas nos jornais seja feita com o uso frequente de representações cartográficas, as reflexões sobre a produção e a difusão destas imagens são inexistentes, mesmo no âmbito dos trabalhos científicos que abordam especificamente a temática das drogas.

Por sua vez, os trabalhos que abordam especificamente a cartografia jornalística também não são muito recorrentes e embora tenham um enfoque constante em questões geopolíticas (Monmonier 1989), não discutiram a representação específica das drogas ilícitas na imprensa. Frente ao grande público consumidor destes mapas, há, na realidade, certa negligência no estudo da

cartografia jornalística por parte de geógrafos e cartógrafos. Facto que se explica tanto pelo recente desenvolvimento deste objecto de estudo, que há vinte anos atrás estaria apenas começando a “receber a atenção que merece” (Gilmartin 1985, p.4), como pelo facto de que a cartografia jornalística é frequentemente considerada como uma forma “inferior” de representação do espaço, já que não respeita os cânones da cartografia tradicional¹.

Quando desenvolvidos, a maioria dos trabalhos sobre cartografia jornalística ou condena sua falta de cientificidade (Speier 1941, Gilmartin 1985), ou tem uma perspectiva mais histórica, tratando da evolução de sua frequência a partir da descrição de diferentes tecnologias de produção e reprodução (Ristow 1957, Monmonier 1989, Kent e Sanders 1999). Ainda não são muito comuns os trabalhos que buscam estudar os significados das práticas cartográficas seleccionadas para construir os mapas na imprensa, o que estimularia o necessário diálogo com as teorias sobre imagem e representação.

Como toda imagem gráfica, os mapas veiculados nos jornais são construídos com base nas imagens mentais e modelos explicativos existentes sobre a temática que representam. Este facto evidencia a necessidade de se discutir os valores simbólicos actuantes no processo de construção destas imagens, principalmente no caso da representação das drogas ilícitas. O objectivo do presente trabalho é fazer da cartografia jornalística uma fonte de informação que permita a reflexão sobre como os jornais brasileiros percebem e representam a temática das drogas ilícitas na escala internacional. Ao estabelecer relações entre as práticas cartográficas

seleccionadas e os modelos explicativos e imagens mentais disponíveis sobre as drogas ilícitas, fica claro como grande parte dos mapas veiculados na imprensa brasileira partilham – reproduzindo ou adaptando – os modelos explicativos universais que circulam na imprensa internacional sobre a temática (Novaes 2005).

Contudo, ao identificar a reprodução e a adaptação de alguns modelos explicativos internacionais, não se pretende afirmar que os jornais brasileiros veiculam sempre as mesmas imagens e informações sobre as drogas ilícitas. De facto, como afirmou Monmonier (1989 p.171), “poderia ser um erro sugerir um conjunto único e simplista de valores comuns a todos os artistas jornalísticos”². Dependendo do contexto da reportagem, dos objectivos e do autor, os mapas jornalísticos estudados também podem difundir mensagens contestatórias ao modelo explicativo predominante sobre

uma temática. Qualquer tipo de imagem pode ser utilizado com finalidades distintas, representando informações diferenciadas de um mesmo fenómeno.

Como qualquer imagem material os mapas apresentam uma impossibilidade inerente de reprodução do real. Sem a pretensão de esgotar o assunto, na primeira secção deste artigo busca-se evidenciar as consequências de se considerar o mapa como um tipo de imagem. Posteriormente, discutem-se as especificidades na representação das informações sobre as drogas ilícitas, relatando como o jornalismo tem sido um campo privilegiado para o desenvolvimento desta cartografia temática. Por fim, na terceira secção busca-se exemplificar a discussão com alguns mapas veiculados na imprensa brasileira que apresentam informações controversas sobre as drogas ilícitas, evidenciando a pluralidade de modelos explicativos e imagens mentais existentes sobre a temática.

II O Mapa Jornalístico como uma Imagem Gráfica e suas Relações com as Imagens Mentais

Se o mapa é uma imagem, cabe então perguntar: e o que é uma imagem? Segundo Mitchell (1986), a primeira dificuldade para responder essa questão estaria no facto de existir uma grande variedade de elementos que reunimos sob esse nome. “Figuras, estátuas, ilusões ópticas, mapas, diagramas, sonhos, alucinações, espectáculos, projecções, poemas, memórias e até ideias são vistas como imagens” (Mitchell 1986 p.9), dificultando seu estudo sistemático.

Frente a essa dificuldade, o caminho traçado por Mitchell (1986) foi o de agrupar uma “vasta família” de “imagens mentais e imagens materiais”. Ou seja, imagens cuja matéria é emprestada do mundo das coisas (ilustrações,

fotos, mapas) e aquelas cuja matéria é emprestada do mundo mental (consciência, sentimentos). Esta divisão pressupõe o reconhecimento de uma profunda interacção entre a concepção (mental) e a representação (material)³. As imagens mentais actuariam como modelos que organizam e simplificam a realidade dos fenómenos sociais, enquanto as imagens gráficas seriam formas de materialização desses modelos. Nesse sentido, não existem imagens mais ou menos legítimas, pois qualquer imagem se relaciona a uma construção social e pode difundir uma mensagem específica.

Entretanto, não é raro que a discussão em torno da natureza da imagem leve a uma

concepção questionável de que certos tipos de imagem seriam mais legítimos, pois promoveriam uma cópia ou uma representação directa da realidade. Nessa perspectiva, que Mitchell (1986) denomina de “teoria da cópia”, certas imagens – como os diagramas, os gráficos, as pinturas e os mapas – teriam um *status* especial por serem entendidas como “imagens propriamente ditas” (p.13). Já as imagens mentais e verbais seriam vistas apenas no sentido metafórico, pois não seriam “estáveis nem permanentes, variando de uma pessoa para outra” (p.14).

O mapa⁴ é uma imagem material que teve sua forma de representação frequentemente associada a um alto grau de legitimidade. A cartografia tradicional considera que existe uma descontinuidade entre uma fase decorativa e uma fase científica dos mapas que culminou no nascimento da cartografia como disciplina académica. A partir da adopção de técnicas e instrumentos, os mapas seriam produzidos com base em regras de ordem geométrica, com pouca influência de normas e valores da sociedade ou das imagens mentais existentes sobre o fenómeno representado. Sob esse ponto de vista, a cartografia “perdeu em efeitos decorativos, mas ganhou em claridade e precisão” (Bonne apud Rees 1980, p.71), a partir de um processo em que os “factos substituem a fantasia” e os “signos convencionais substituem as imagens pictóricas” (Rees 1980, p.64).

A partir dessa suposta ruptura epistemológica, os mapas se apresentariam como uma forma distinta de representação visual, diferenciando-se das demais imagens ao ganharem um status científico. Difundindo as ideias de precisão e exactidão, os mapas buscaram desatar seus estreitos laços com as artes visuais. No entanto, para alguns autores como Harley (1996 original de 1989), a ruptura entre uma fase decorativa e uma fase

científica da cartografia pode ser considerada como um mito, um “talismã” para exercício da autoridade, pois os mapas passam a actuar com uma “mascara de ciência neutra” (Harley 1996, p.426). Essa legitimidade associada à imagem cartográfica ajudou a fundar os cânones da cartografia tradicional, segundo os quais a maior preocupação seria a distinção entre mapas ‘verdadeiros’ ou ‘falsos’.

A associação entre o mapa e as ideias de precisão e exactidão estimulou muitos autores a alertarem para o facto de que a representação cartográfica sempre distorce o espaço que representa, a começar pela impossibilidade de se representar fielmente a superfície curva da terra. O famoso alerta de que “o mapa não é o território” (Korzybski 1948 apud Crampton 2001) vale também para qualquer outro tipo de imagem, pois a impossibilidade de representar a “realidade” seria um princípio *sine qua non* de qualquer sistema de representação, seja ele material ou mental. Esta constatação estimulou um diálogo entre a geografia e outros campos que discutem a relação entre imagem e significado, como a história da arte.

Uma grande lição que a história da arte nos proporciona é a possibilidade de se estudar a representação e a criação de distinções sem a intrusão do problema da imitação. É isso que buscaremos fazer neste trabalho, pois consideramos que, devido à natureza do tema aqui proposto, poderia ser um grande equívoco comparar mapas que representam o fenómeno das drogas ilícitas de forma errónea a outros que o fazem de forma correcta. Não se trata aqui, em momento algum, de observar o que os mapas jornalísticos têm de verdadeiro ou falso, porque como representações conceituais os mapas (como as pinturas) não podem ser enquadrados nessas categorias, eles podem ser apenas mais ou menos úteis dentro de um contexto

de acção específico (Gombrich 1986 original de 1959). Nas palavras do historiador da arte E. H. Gombrich (1986 p.97):

“Ela [a imagem] pode ser semelhante ao natural se isso for considerado como algo que contribui para sua força, mas em outros contextos o mais sumário dos esquemas bastará, desde que retenha a natureza eficaz do protótipo deve funcionar tão bem ou melhor que a coisa real.”

Nesta perspectiva, nosso objectivo aqui é estudar como os mapas podem ser úteis para comunicar concepções sociais específicas sobre as drogas ilícitas, mas não se parte do pré-suposto da existência de uma representação ideal do fenómeno, que considerasse todas as suas características e pudesse ser comparada as representações criadas pelos mapas jornalísticos estudados. Na cartografia, talvez pela força imponente do *status* científico conquistado pelos mapas, a discussão sobre “a realidade” volta e meia reaparece em artigos e livros em frases como: “o mapa não é um espelho do mundo real”, a cartografia não oferece “uma janela transparente para o mundo”, “os mapas constroem, não reproduzem o mundo” (Wood 1992, p.65). Ora, como observamos, esse é um facto inerente a qualquer forma de representação e já foi evidenciado tanto por cartógrafos como por autores de outros campos do conhecimento.

De facto, este debate ultrapassa fronteiras disciplinares. Discutindo justamente essa colaboração de trabalhos de outras áreas do conhecimento na desestabilização do mapa como uma forma precisa de representação, Crampton (2001) destaca alguns autores como Lewis Carroll (1988), Jorge Luís Borges (1964) e Umberto Eco (1994), que através de

contos leves e acessíveis teriam ajudado a desestabilizar a associação entre cartografia e precisão, brincando com a ideia do mapa 1:1. Essa desestabilização, de certa forma, vem se tornando bastante comum e até nos media já podemos facilmente encontrar afirmações como a do cartonista Millôr Fernandes (1991): ‘Muitos pensam que os mapas representam a realidade geográfica. Não representam não, mas parece. Eu mesmo, até ir lá um dia, acreditava que a Argentina era um país cor de laranja.’ (Época 1991).

Contudo, para além de todos os alertas que nos recordam de que o mapa não é a realidade, Gombrich (1986), sob o ponto de vista dos historiadores da arte, considera que a cartografia é um exemplo de como é possível discutir a representação e a distinção de categorias sem a intrusão do problema da imitação, ou do grau de aproximação com a “realidade”.

O autor exemplifica suas colocações relatando o trabalho do cartógrafo, que costuma distinguir, por exemplo, áreas de campo e áreas de florestas a partir da utilização de diferentes tons de verde. O ponto para o qual gostaríamos de chamar a atenção é que os propósitos e finalidades deste uso das cores seriam indicar a diferença, ou seja, “é obvio que os tons reais do cenário representado não lhe importam” (Gombrich 1986, p.106). Nesta perspectiva, poderíamos responder a colocação do cartonista Millôr Fernandes, que buscava a cor real da Argentina a partir dos mapas escolares: é obvio que a Argentina não é laranja, o que interessa é diferenciá-la dos demais países. Para Gombrich (1986), o trabalho do cartógrafo é distinguir categorias que funcionem dentro de um contexto de acção, sem se importar com a questão da imitação do que é representado.

De facto, qualquer cartógrafo sabe que, como um modelo, o mapa não pode representar

perfeitamente a realidade. A redução de escala, o prejuízo da terceira dimensão, a influência de quem faz e quem lê o mapa são alguns dos elementos que impossibilitam a cartografia de construir cópias da realidade representada (Boad 1967). Logo, podemos concluir que há algo de inocente na afirmação: *‘Eu não acredito em mapas, pois nunca é igual quando você vai ao lugar’* (anúncio da Brewers Society citado por Boad 1967). Para Boad, é justamente por não ser uma cópia fiel da realidade que o mapa se torna mais útil. Como nos evidencia o conto de Jorge Luís Borges, o mapa 1:1 não serve para nada, pois apenas cobrirá com papel as superfícies do reino⁵.

No campo específico da cartografia se observa a sistematização de uma perspectiva que considera os mapas como imagens socialmente construídas, buscando dialogar com teorias sobre imagem e significado, como a história da arte. O historiador da cartografia J. B. Harley foi um dos primeiros a utilizar o conceito de iconologia de forma sistemática para interpretar o horizonte simbólico dos mapas. Alguns autores, como J. Agnew (1996), afirmam que o cartógrafo J. B. Harley pode ser considerado o ‘líder de uma virada crítica na história da cartografia’ (p.422).

A influência dos historiadores da arte tem importância significativa para a construção das bases teóricas dos trabalhos de J. B. Harley⁶, pois auxiliam a relacionar as imagens mentais de um fenômeno com as imagens materiais criadas pela cartografia. É através da iconologia, conceito proveniente do trabalho de Panofsky (1979 original de 1955), que Harley considera os mapas como “parte da larga família das imagens carregadas de valor” (Harley 1988, p.278). Através da abordagem iconológica busca-se “identificar não somente a superfície ou o nível literal de significados, mas também seu nível profundo,

frequentemente associado à dimensão simbólica no ato de enviar ou receber uma mensagem” (Harley, 1988:279).

Segundo Harley (1988), um estudo iconológico deve levar em conta o contexto, definido como as circunstâncias em que o mapa foi feito e usado. Dialogando com teorias sobre imagem e representação Harley desenvolveu uma crítica aos cânones da cartografia tradicional, buscando “desmantelar o dualismo arbitrário entre modos artísticos e científicos de representação” (Harley, 1996 p.437). Na perspectiva do autor, todo mapa é carregado de valores simbólicos e, portanto, pode ser estudado através de um método iconológico, desconsiderando oposições binárias entre mapas “verdadeiros e falsos”, “exactos e inexactos”, “literais e simbólicos”, “objectivos e subjectivos”, fundamentados em “integridade científica” ou “deformações ideológicas” (p.278).

Ao entender que “os passos para se fazer um mapa – a selecção, omissão, simplificação, classificação, criação de hierarquias e simbolismo – são inerentemente retóricos” (Harley, 1996 p.437), a avaliação de Harley permite que as práticas simbólicas sejam estudadas em qualquer representação cartográfica, pois “evita que se privilegiem certas formas de mapas como melhores porque são mais científicos” (Crampton, 2001 p.242). Sob este ponto de vista, como afirma (Harley 1996:436), fica claro que:

“a questão não é que alguns mapas sejam retóricos, enquanto outros mapas são parcialmente retóricos, mas estender esta retórica aos aspectos universais de todo o texto cartográfico”.

A forma como J. B. Harley critica a divisão entre modos artísticos e científicos de

representação influenciou a caracterização dos mapas jornalísticos aqui estudados. É justamente por apresentar um papel dual, decorando as páginas dos jornais e passando informações geográficas, que a cartografia jornalística é muitas vezes caracterizada como “fantasiosa” ou “imprecisa”, não compartilhando plenamente do status científico alcançado por outros mapas. Aqui buscaremos estudar as particularidades da cartografia jornalística sem considerá-la nem mais, nem menos correcta que outros mapas. Os mapas jornalísticos são apenas mais uma entre as tantas representações simbólicas existentes sobre a temática em questão. De facto, um estudo sobre representação espacial das drogas ilícitas não pressupõe

necessariamente a procura por mapas “verdadeiros e falsos”, “exactos e inexactos”. Como qualquer mapa eles podem ser estudados a partir de suas práticas simbólicas. No entanto, é preciso apreender *como* as particularidades existentes na representação de um fenómeno ilegal influenciam a construção destas imagens. A condição de ilegalidade dificulta a selecção de práticas cartográficas adequadas para a representação do fenómeno estudado, facto que fez da imprensa escrita um campo privilegiado para o desenvolvimento desta cartografia temática. A seguir, trata-se das especificidades na representação das drogas ilícitas e suas relações com os mapas jornalísticos.

III Especificidades na Representação Espacial das Drogas Ilícitas e seu Desenvolvimento na Imprensa Escrita

A constatação de que a representação cartográfica sobre as drogas ilícitas contém atributos específicos influenciou a construção da presente reflexão. A dificuldade na obtenção de dados confiáveis e o uso frequente de indicadores indirectos podem tornar os mapas temáticos sobre as drogas muito “questionáveis”, como se a inferência e a subjectividade não fossem características inerentes ao próprio processo cartográfico.

Ora, se todo mapa é “parte reflexo de realidades objectivas e parte elementos subjectivos” (Wright, 1942:527), sendo sempre construído por transformações sucessivas da informação, qual seria a especificidade da cartografia sobre as drogas ilícitas? Como já foi dito, a condição de ilegalidade é um dos principais atributos do fenómeno em questão e influencia uma

produção iconográfica peculiar. Relacionada à repressão do Estado e à sua exploração por grupos sociais específicos, a condição de ilegalidade é uma barreira para a obtenção de dados confiáveis e influencia a visão de quem faz e lê os mapas, estando presente em todas as etapas de transformação da informação cartográfica.

Tomando as colocações de Robinson (1993:18), podemos identificar três transformações fundamentais por que passa a informação até originar a imagem cartográfica. A primeira transformação estaria vinculada à captação de dados do ambiente geográfico (a partir de sensores, detecção remota, compilação, etc.). Essa captação é particularmente deficiente no caso da cartografia das drogas ilícitas. As bases de dados sobre o fenómeno são escassas e frequentemente contraditórias,

mesmo quando recorremos a pesquisas das principais instituições internacionais⁷.

A condição de ilegalidade não influencia apenas o reconhecimento da informação geográfica sobre as drogas ilícitas. A segunda transformação que a informação sofre, fruto de operações comuns à construção de qualquer mapa – como a selecção, a classificação, a simplificação e a simbolização – também é influenciada pela condição de ilegalidade. Qualquer mapa é construído a partir destas operações, que contêm grande carga de subjectividade e influenciam directamente a aparência da imagem cartográfica criada. Dessa forma, as concepções e os objectivos de quem produz a cartografia sobre as drogas ilícitas influenciará seu produto final, pois “há muitos mapas possíveis para a mesma informação” (Robinson, 1993:18).

Da mesma forma, há muitas leituras possíveis para o mesmo mapa. A terceira transformação da informação estaria relacionada às leituras, análises e interpretações que o leitor faz do produto cartográfico. Novamente a condição de ilegalidade, contribuindo com aquilo que a socióloga venezuelana Rosa Del Olmo chamou de “face oculta das drogas” (Olmo, 1990), influi na transformação da informação. A divulgação de notícias controversas sobre um fenómeno ilegal tem impacto sobre as imagens mentais que a população guarda sobre as drogas. Essas imagens orientam as leituras que o público faz dos mapas, facto que transforma novamente a informação a partir das habilidades, experiências e expectativas de cada um de seus usuários.

Em resumo, a condição de ilegalidade é um atributo que influencia o processo de transformação da informação na representação espacial das drogas ilícitas. Como afirmava Gombrich (1986), comentando xilogravuras alemãs que buscavam representar animais

exóticos no século XVI, “desenhar qualquer coisa desconhecida apresenta maiores dificuldades do que se imagina geralmente” (p.70). Segundo o autor, a representação de um motivo pouco conhecido conduz a duas características principais: a cópia de modelos pré-estabelecidos e a diminuição das exigências por critérios objectivos na representação.

Desta forma, ao mesmo tempo em que dificultam o controle sobre os critérios utilizados na representação espacial das drogas, a condição de ilegalidade e a ausência de dados objectivos facilitam a difusão de modelos explicativos com baixo teor factual. Essas especificidades dificultam o trabalho das instituições de pesquisa que buscam produzir mapas que expressem as complexas lógicas do fenómeno.

Mas, se por um lado as estimativas contraditórias sobre a dimensão da economia ilegal dificultam a produção de imagens sobre a temática no meio académico – exigindo muita criatividade e inovação nas estratégias de pesquisa (ver Machado, 1996, 2000) – por outro elas também aumentam a curiosidade do cidadão por esse ‘poder paralelo’, que actuaria sem o controle dos estados nacionais. De facto, a ausência de dados objectivos não impediu o desenvolvimento de uma considerável produção iconográfica sobre a temática, principalmente na imprensa.

O interesse da população e a dificuldade das instituições de pesquisa em trabalhar com essa questão fizeram com que a imprensa escrita se tornasse uma das principais produtoras de mapas sobre as drogas ilícitas. Desde o século XIX os jornais adquiriram grande importância ao ampliarem sua circulação por diferentes camadas sociais e difundirem notícias diariamente. Os mapas já faziam parte dos jornais desde o século XII, mas foi apenas no século XX, principalmente após o início

da segunda guerra mundial, que seu uso foi largamente difundido (Ristow, 1957:369). Ao longo de todo o século passado, os jornais aprimoraram suas formas de produção e reprodução das imagens, tornando frequente o uso de mapas para atrair a atenção do público e facilitar a compreensão de notícias com conteúdo espacial.

A evolução da cartografia jornalística não significou apenas um aumento na quantidade de mapas veiculados na imprensa. Segundo Monmonier (1989:57), mais notável do que o progressivo crescimento no uso do mapa é a grande diversidade de temas que ele passou a representar nos jornais. O autor observa que o declínio relativo do número de mapas sobre as guerras, tema que impulsionou o desenvolvimento da cartografia jornalística, é acompanhado do crescimento de uma diversidade temática dos mapas na imprensa. Viagens, obras públicas, eleições, demografia e recursos naturais são alguns dos assuntos que exemplificam a diversidade temática actual da cartografia jornalística.

As drogas ilícitas passaram a ser mais comumente representadas pelos jornais brasileiros desde meados dos anos 1970, quando se acentuou o interesse pela temática a partir da posição central que esta passa a ocupar na geopolítica norte-americana (Novaes 2005). O surgimento de um modelo explicativo que internacionalizava o combate às drogas ilícitas, somado ao crescente impacto social do fenómeno, acentuou o interesse da imprensa pela temática e estimulou sua representação cartográfica nos jornais.

Embora sem maiores compromissos com a concatenação de eventos a médio e longo prazo, os jornais diários foram pioneiros na difusão de mapas sobre determinados temas, contribuindo para “formar o conhecimento das pessoas e a sua imagem do mundo”

(Gilmartin 1985, p1). A menor exigência de uma representação criteriosa e a ausência de padrões rígidos fizeram com que a cartografia jornalística tivesse maior liberdade, sendo facilmente compreendida e influenciando a opinião pública. Ainda que possa ser usada para difundir leituras específicas dos fenómenos sociais, a cartografia jornalística também tem em sua liberdade a fonte principal para a construção de mapas “inovadores, únicos e esteticamente atraentes” (Green 1999, p.141).

Escrevendo em 1957, o geógrafo W. W. Ristow revelava grande entusiasmo com o desenvolvimento da cartografia jornalística, que tratava de temáticas pouco abordadas nos mapeamentos académicos ou estatais. Segundo o autor: “Felizmente, ainda há alguns caminhos onde o cartógrafo criativo pode ter rédeas livres para suas ideias e sua caneta, o campo do jornalismo” (p.369). A evolução da cartografia jornalística fez com que pouquíssimos cartógrafos permanecessem nesse campo⁸, mas seu propósito comunicativo, que colocou a compreensão do leitor como grande prioridade dos mapeamentos, encorajou a inovação no “*design*”, na simbolização e nas temáticas espacializadas. A constatação, de que a imprensa escrita era a grande produtora de mapas sobre as drogas ilícitas estimulou o desenvolvimento deste trabalho (Novaes 2005).

A evolução tecnológica na produção e reprodução dos mapas potencializou sua participação na transmissão de notícias jornalísticas nos últimos 30 anos, contribuindo para “atrair a atenção dos leitores e ajudar a explicar e interpretar o significado de um evento, aumentando a retenção de uma mensagem” (Gilmartin 1985, p.2). Cada vez mais incorporado à narrativa jornalística e participando activamente da transmissão da

notícia, o mapa aumenta suas potencialidades persuasivas e retóricas. Esse facto apresenta extrema importância para o presente estudo, já que se busca aqui identificar de que maneira a utilização de certas práticas cartográficas podem contribuir para a difusão dos modelos explicativos universais sobre as drogas ilícitas.

Nas mesmas décadas em que os jornais vão progressivamente introduzindo novos elementos técnicos à produção dos mapas (1980 e 1990), a difusão de um modelo explicativo que internacionaliza o combate à produção de drogas orgânicas confere visibilidade mundial à questão do tráfico de drogas ilícitas. É a partir da difusão desse modelo – que considera as drogas como elemento constituinte da geopolítica mundial – que se intensifica a produção iconográfica sobre a temática.

A produção, circulação, comercialização e o consumo de drogas ilícitas foram sendo noticiados de forma crescente na imprensa a partir da difusão de uma série de modelos explicativos. Sob forte influência dos EUA, organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) foram responsáveis por difundir, a partir da década de 50, modelos explicativos como o ético-jurídico, que vinculava as drogas aos imigrantes ilegais, criando um estereótipo moral, ou como o médico-sanitário, que considerava como doente o usuário de drogas, encarando-as como problema de saúde pública (Olmo 1990).

Embora despertasse o interesse dos media pela questão das drogas ilícitas, tais modelos não estimulavam muito sua representação espacial, já que não internacionalizavam seu combate. De facto, antes da difusão do modelo geopolítico as drogas continuavam a ser vistas como um “inimigo interno” dos

estados nacionais. A partir dos anos 1970, o então presidente dos EUA, R. Nixon, deu início a um processo de politização no discurso acerca das drogas ilícitas. Através desse discurso o debate sobre as drogas foi progressivamente direccionado para fora dos EUA, tornando a droga um “inimigo externo” e estimulando sua percepção como um problema geopolítico. A emergência deste novo modelo estimula a representação das drogas na imprensa já na década de 70, quando mapas feitos com técnicas manuais já difundiam informações sobre a geografia das drogas em reportagens de diferentes jornais brasileiros (Novaes 2005).

A consolidação do modelo geopolítico e a organização de uma extensa rede de comercialização transnacional de cocaína estimularam o interesse da sociedade latino-americana sobre a questão das drogas. Por conseguinte, sua representação na imprensa se intensificou na década de 1980. A posse do presidente americano Ronald Regan, em 1981, consolidou o combate internacional ao tráfico de drogas, já que na concepção do governo americano “a solução do problema do consumo de drogas nos Estados Unidos [passa a estar] nos países estrangeiros que produzem as drogas ilícitas mais importantes” (Reuter, 1985 apud Olmo, 1990:67). Daí em diante, os EUA adoptaram uma política que buscava reduzir a oferta de drogas em seu território através da repressão da produção e do processamento em outros países, configurando o que o próprio Presidente americano denominou de “guerra as drogas”. Nasce, assim, um novo discurso sobre as drogas, o discurso político-transnacional, proveniente do modelo geopolítico (Olmo, 1990; Escohotado, 1989). Esse modelo é fruto da incorporação de postulados da doutrina de segurança nacional ao discurso sobre as drogas. Em 1988 é realizada a

convenção contra o tráfico ilícito de drogas narcóticas e substâncias psicoactivas, em que se evidenciam as características globais do fenómeno. Buscando combater a lavagem de dinheiro, o contrabando de armas e o crime organizado, essa convenção também colaborou para atrair a atenção da imprensa para a questão das drogas ilícitas.

Como evidenciado em pesquisa anterior (Novaes 2005), o modelo geopolítico foi

constantemente difundido na imprensa brasileira a partir da década de 1970. No entanto, além de mostrar a reprodução destes modelos e imagens mentais nas práticas cartográficas seleccionadas para a construção de mapas veiculados na imprensa brasileira, a próxima secção também discute como poderia ser um equívoco considerar um modelo único e exclusivo na constituição destas representações.

IV Omissões e Destaques na Representação Espacial das Drogas ilícitas na Imprensa Brasileira

Tanto a história da cartografia quanto a história da imprensa podem revelar que os mapas jornalísticos têm sido frequentemente utilizados para difundir concepções e valores dominantes na sociedade. Segundo o cartógrafo J. B. Harley (1988), a história desta forma de representação do espaço revela que os mapas devem ser caracterizados principalmente como linguagens de poder, não de protesto. Para o autor, “a história social dos mapas difere da literatura, arte ou música, que aparecem frequentemente como formas de expressão dos interesses populares, alternativos ou subversivos” (p.246).

De facto, no caso das drogas ilícitas, principalmente a literatura e a música foram importantes meios para a difusão de discursos críticos, que apresentam visões plurais sobre sua produção, circulação, comercialização e consumo. No entanto, algumas tendências actuais da produção cartográfica podem refutar, ao menos em parte, uma continuidade das características ideológicas identificadas por J. B. Harley (1988).

Principalmente a nova fase da cartografia digital pode estar afectando a relação entre o mapeamento e a sociedade em geral, pois

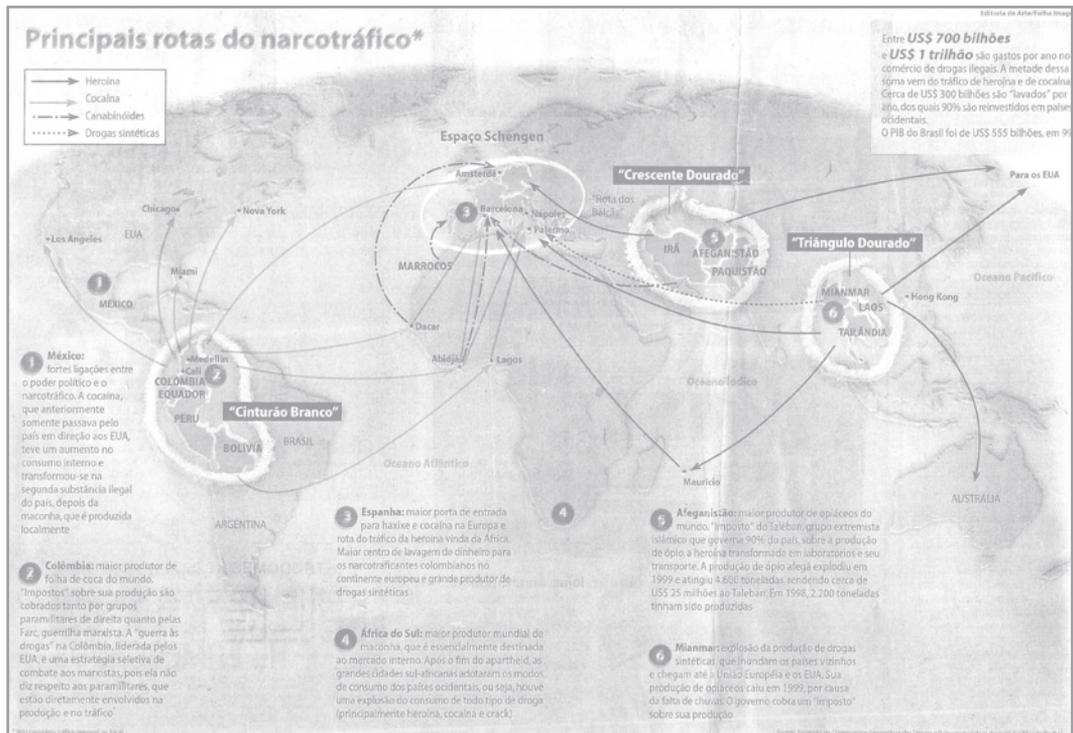
actualmente a capacidade que o público leitor e as pequenas instituições têm de criar mapas é menos limitada (Robinson 1993, p.4). Segundo Green (1999), a maioria dos mapas jornalísticos pré-computacionais frequentemente transformava o mapeamento em um processo limitado de “corte-e-cola”, o que dificultava muito a difusão de modelos explicativos baseados em uma percepção local dos problemas. A nova tecnologia de produção cartográfica vem permitindo que qualquer jornal ilustre qualquer reportagem com um mapa, facto que possibilita um uso progressivo da cartografia jornalística como forma de representação das estruturas de valor e interesse de diferentes grupos sociais. Ao considerar as representações controversas sobre as drogas ilícitas na imprensa, não se pretende ignorar como esse meio é maioritariamente utilizado para difundir as concepções dominantes. Como afirmou o criminalista britânico Jack Young (1974 apud Olmo 1990, p.23), os meios de comunicação seriam “guardiões do consenso”, capazes de hierarquizar os problemas sociais e criar um “pânico moral” em torno de alguns fenómenos. A reprodução frequente de

certas representações sobre as drogas ilícitas aponta para a forma com que os jornais frequentemente apenas reforçaram as imagens mentais dominantes sobre as drogas na sociedade, estimulando políticas públicas militarizadas em espaços geográficos específicos.

Tomando justamente as representações que os media (espanhola) difunde sobre a questão das drogas ilícitas, Romani (2003, p.35) destaca o facto de que os meios de comunicação “não costumam construir a informação/comunicação a partir de uma óptica eminentemente crítica, mas a partir de respostas a certas demandas do público, na linha daquelas imagens dominantes e de estereótipos que acabam reforçando-as”. Ou seja, certas imagens mentais são mais

frequentemente apresentadas quando as drogas ilícitas ganham destaque nos media e, conseqüentemente, estruturam a construção de muitos mapas jornalísticos.

Em suas representações na escala internacional, por exemplo, os mapas jornalísticos constantemente tratam da produção e da circulação de diferentes drogas ilícitas, o que facilita a identificação de omissões e destaques selectivos nos mapas, evidenciando a reprodução de concepções dominantes sobre a temática. De facto, muitos mapas estudados conferem frequentemente um destaque especial às drogas orgânicas, localizando sua produção, a partir da delimitação de estados nacionais produtores e sua circulação, através do uso frequente de setas.



Mapa 1: Escala Internacional: Responsabilizando Países | Fonte: Folha de São Paulo, 7/5/2000

A selecção dessas práticas para representar a produção e a circulação das drogas na escala internacional revela omissões e destaques que tendem a responsabilizar algumas nações pelo tráfico internacional, dividindo o mundo em países “vítimas” e países ‘vitimários’ (Olmo 1990), ou países produtores e consumidores, divisão fundamental para o estabelecimento do modelo geopolítico na leitura do fenómeno das drogas ilícitas.

O mapa da página anterior, publicado no jornal *“Folha de São Paulo”*⁹ em Maio de 2000, pretende representar as “Principais rotas do narcotráfico” na escala internacional, considerando as principais regiões produtoras e as linhas gerais de circulação das drogas ilícitas no mundo. Reproduzindo um mapa de uma instituição de pesquisa francesa, o jornal veiculou uma imagem que pode reforçar as concepções dominantes sobre as drogas ilícitas, responsabilizando alguns países produtores por todo o tráfico internacional.

O mapa 1 destaca os espaços geográficos que seriam mais importantes para o tráfico internacional de drogas ilícitas. Tendo como fonte um relatório de uma instituição de pesquisa francesa, o “Observatoire Géopolitique des Drogues” (OGD), esse mapa adaptou uma representação já existente para os padrões da cartografia jornalística. Observaremos que sua aproximação com uma visão científica da temática não lhe garante objectividade na selecção de práticas cartográficas para representação das drogas. Segundo Harley (1988), é a partir da identificação dos destaques, omissões e práticas cartográficas seleccionadas que podemos identificar os propósitos ideológicos de um mapa, aplicando assim uma abordagem iconológica na análise das imagens cartográficas.

A numeração de alguns espaços, sem que haja um critério claro para a selecção dos países destacados, evidencia o propósito de responsabilização de alguns países produtores pelo tráfico internacional de drogas. Retirando a Espanha, classificada como “porta de entrada para haxixe e cocaína na Europa”, nenhum outro país da Europa ou da América do Norte é destacado pela numeração presente no mapa, mesmo com a crescente importância que esses países vêm adquirindo na produção de drogas, principalmente as sintéticas.

Representando a produção de drogas a partir do destaque da extensão territorial dos países classificados como produtores, o mapa tende a salientar três regiões específicas do planeta: o “Cinturão Branco”, que representa os países andinos produtores de coca e processadores de cocaína; o “Crescente Dourado”, representando os países do Oriente Médio produtores de papoila e processadores de heroína; e o “Triângulo Dourado”, representando os países asiáticos produtores de drogas sintéticas. Essa nomenclatura, retirada do relatório do “Observatoire Géopolitique des Drogues”, funciona, no contexto de acção da imagem jornalística, apenas para destacar a participação de certos países no tráfico internacional de drogas ilícitas.

Os países que compõem essas regiões produtoras são circutados com linhas brancas grossas, que claramente fazem uma referência a “carreiras” de cocaína. Já na região consumidora de drogas destacada na Europa, classificada como ‘Espaço Schengen’, que seria um sub-espaço na União Europeia no qual não existe controle efectivo entre os países, a linha seleccionada foi diferente, apenas circulando a Europa sem referência a nenhuma droga.

As setas utilizadas para representar a circulação das drogas ilícitas também tendem a estigmatizar alguns países produtores, pois as três regiões destacadas no mapa são os pontos de partida da maioria delas. A Europa e a América do Norte são os pontos de chegada, representados unicamente como espaços consumidores de drogas. Essa representação é claramente calcada em algumas omissões, já que é sabida a existência de importantes centros de processamento de drogas sintéticas em cidades americanas e europeias. Além disso, estimativas apontam os EUA como responsáveis por 34,5% da produção mundial de maconha (Rementería 1991). Segundo Escohotado (1997 p.45), os EUA foram convertidos no 'primeiro produtor mundial de maconha, basicamente de interiores ou hidropônica, para abastecer um gigantesco mercado interno'. Contudo, esse facto não é representado na grande maioria dos mapas jornalísticos, mesmo nos que tratam directamente da produção mundial da droga. Ainda segundo o autor, 'lá também existem dezenas de milhares de laboratórios clandestinos e 'cozinhas' caseiras, que elaboram drogas de projectos dos tipos narcótico, estimulante e psicadélico' (p.45), informação que também não costuma aparecer na imprensa.

A escala internacional muitas vezes justifica essa representação selectiva, pois, como a maioria da produção de drogas nos países do hemisfério norte é voltada para o mercado interno, sua circulação não pode ser representada na escala internacional. Ao representar as 'principais rotas do narcotráfico', o mapa 'não considera o tráfico regional ou local', como nos informa a nota referente ao título situada no canto esquerdo da representação. Como afirmou Lacoste (1988 p.77 original de 1976), 'a realidade

aparece diferente de acordo com a escala dos mapas, de acordo com os níveis de análise'. Isso fica evidente com a representação das rotas internacionais que omitem a circulação das drogas ilícitas produzidas nos EUA e na Europa, considerando que estas circulariam apenas localmente e regionalmente.

De certa forma, a omissão da expressiva produção de drogas orgânicas e sintéticas em alguns países do hemisfério norte poderia ser justificada com a adopção de um critério que excluiu do mapa as rotas regionais e locais. Mas esse critério de selecção não foi utilizado para a África do Sul, por exemplo, que, mesmo tendo sua produção de maconha 'essencialmente voltada para o mercado interno' – o que impediu a representação de setas saindo do país –, foi destacada na enumeração das localidades importantes para o tráfico de drogas internacional.

As imagens mentais que fundamentaram a construção deste mapa também ficam evidentes na representação tímida das drogas sintéticas, pois ainda que as principais rotas articulem a Ásia e a Europa, os EUA certamente participam desse tráfico na escala internacional. Segundo as informações do mapa 1, as drogas sintéticas não circulam nas Américas.

No entanto, a análise deste exemplo de reprodução do modelo explicativo vigente sobre as drogas ilícitas, não deve conduzir à conclusão de que a produção cartográfica sobre a temática esteja exclusivamente vinculada a esses valores sociais. O simples facto de o Brasil ser um país latino-americano, onde diferentes drogas ilícitas são produzidas, consumidas e transportadas, impelem os jornais à construção, em alguns momentos, de representações espaciais não directamente influenciadas pelos modelos explicativos internacionais, difundidos principalmente pelos norte-americanos.

Analisando as relações entre a imprensa brasileira e a norte-americana, Silva (1989 p.10) defende que o ‘jornalismo brasileiro é brasileiro’, pois sua imprensa ‘goza de relativa autonomia, reinterpreta o que absorve e incorpora suas próprias ideias’. Mesmo que o padrão geral da imprensa brasileira seja de apenas adaptar para a sua realidade local os modelos explicativos e estereótipos que circulam na escala internacional, contribuindo para a difusão dos valores dominantes sobre as drogas ilícitas, a sua “relativa autonomia” pode garantir a criação de representações espaciais controversas.

O antropólogo espanhol Oriol Romani (2003) também notou que os media, embora propague maioritariamente as ‘imagens dominantes’ sobre as drogas, pode sustentar posições ‘críticas’ sobre a temática. Mesmo que ocasionais outras representações das drogas ilícitas podem ser veiculadas na imprensa, facto que Romani (2003) fez questão de destacar em suas conclusões sobre a representação das drogas na imprensa espanhola:

“Não gostaria de terminar este texto sem ressaltar que temos falado principalmente das imagens culturais e discursos dominantes sobre as drogas; e que nos MCS (meios de comunicação social) também aparece, ainda que de forma minoritária, outro tipo de discurso, que poderíamos chamar de crítico, em relação às drogas. Esse discurso crítico deveria ser formulado tanto pela função informação – quer dizer, grau de profissionalismo de alguns jornalistas – quanto pela função audiência, visto que parece claro existir uma audiência do tipo que se pode chamar “intelectual”, a qual, mesmo

minoritária, é uma boa consumidora de MCS e aprecia ler coisas diversas dos discursos dominantes mais grosseiros e toscos” (Romani 2003, p.39).

Essa possibilidade de localizar certa diversidade de concepções e de mapas na imprensa nos leva a indagar até que ponto o uso ideológico da cartografia na imprensa é actualmente exclusividade de algum grupo ou interesse social. Em outras palavras, mesmo que as concepções ideológicas difundidas com os mapas jornalísticos sejam recorrentemente dominantes e relacionadas a grupos sociais específicos, em alguns momentos (seja pela ‘função informação’ ou pela ‘função audiência’) os discursos contraditórios eclodem nos media e têm sido cada vez mais frequentemente acompanhados por mapas.

Para exemplificar essa questão, apresentarei aqui dois mapas que contêm informações diversas das existentes no mapa 1, não responsabilizando directamente os países produtores do hemisfério sul pelo tráfico internacional de drogas. Ao mapearem os pontos de produção de drogas ilícitas no hemisfério norte ou a circulação de drogas sintéticas, que não raramente têm o hemisfério sul como ponto de chegada, os jornais brasileiros podem difundir imagens controversas sobre a geopolítica das drogas ilícitas.

O mapa abaixo, publicado no ‘*Jornal do Brasil*’ em 1996, selecciona práticas cartográficas que nos conduzem a uma outra interpretação do fenómeno das drogas na escala internacional. Com esse mapa, pretendo exemplificar como a cartografia jornalística brasileira pode reinterpretar os factos a seu modo, produzindo exemplos que não conduzam os leitores às concepções dominantes sobre a temática.



Mapa 2: Escala Internacional: Mundialização das Drogas Ilícitas | Fonte: *Jornal do Brasil*, 23/6/1996

O próprio título do mapa, 'Cultivo e Refino nos Cinco Continentes', e a reportagem na qual ele se insere, já evidenciam o propósito do autor, que é mostrar como a produção e o processamento de drogas estão difundidos por todo o mundo, constituindo um problema a ser combatido em todos os países. Nenhum país se sobressai na representação cartográfica e a leitura do mapa não é direccionada para uma identificação dos culpados pelo tráfico internacional de drogas, e sim para uma constatação de que esse fenómeno se estende por todo o globo.

O mapa 2 apresenta uma projecção muito simplificada que apenas lembra uma projecção policônica. Mas a forma distorcida dos continentes não atrapalha seu objectivo principal, que é o estabelecimento da comunicação com o público leitor. Essa comunicação é alcançada a partir de pequenos símbolos pictóricos que representam a produção e o processamento das drogas. É curioso o facto de um mapa sem fonte

apresentar informações tão detalhadas, destacando o nome de muitos países a partir do uso de etiquetas. O resultado final é uma representação com muitos pontos específicos, que acabam sendo lidos como um conjunto e conduzem a uma interpretação de que as drogas estão presentes nos 'cinco continentes'.

Este mapa não representa a circulação das drogas ilícitas, mas procura identificar os locais onde haveria a produção e o processamento. Logo, o hemisfério norte ganha grande destaque, concentrando a maioria das etiquetas que identificam os locais participantes do tráfico de drogas internacional. Muitos países do leste europeu aparecem como produtores de drogas orgânicas e sintéticas, além de países importantes do hemisfério norte, como Inglaterra, Alemanha, EUA e Canadá.

Ao representar todas as drogas com símbolos de ponto, sem destacar nem colorir territórios ou drogas específicas, este exemplo traz

uma visão diferenciada da distribuição das drogas ilícitas no mundo, apresentando uma outra versão sobre a distribuição espacial do fenómeno na escala internacional. A comparação entre o mapa 1 e o mapa 2 evidencia como a selecção das informações e das práticas cartográficas pode agregar valores simbólicos à imagem construída, transformando o mapa num instrumento capaz de difundir concepções diferenciadas sobre a geopolítica das drogas ilícitas.

Além de representarem a produção e o processamento de drogas em países que são tradicionalmente caracterizados como consumidores, os mapas jornalísticos brasileiros também podem apresentar informações controversas ao representarem a circulação de drogas pouco destacadas, como as drogas sintéticas. A representação da circulação das drogas sintéticas vem se tornando mais frequente nos jornais à medida que cresce seu consumo no Brasil e no exterior.

A particularidade na representação da

circulação dessas drogas é que elas invertem a tradicional divisão entre países produtores e países consumidores, pois há uma quantidade crescente de rotas que saem dos EUA ou da Europa em direcção a países como o Brasil, que também aparece como país consumidor. A representação dessas rotas pode estimular a criação de imagens contraditórias sobre as drogas ilícitas nos mapas jornalísticos, pois o Brasil passa a ser o ponto de chegada das drogas produzidas no hemisfério norte.

O mapa abaixo, publicado no jornal *O Globo* em Julho de 2001, evidencia como o consumo de drogas sintéticas vem se intensificando no Brasil, principalmente entre os grupos mais abastados da sociedade, traço para o qual o título da reportagem chama atenção: ‘Ecstasy seduz jovens de classe média no Rio’. Espacializando os ‘caminhos da droga’, o mapa é um exemplo raro de inversão do fluxo das drogas ilícitas que geralmente sai ou passa pelo Brasil, mas não tem o país como ponto de chegada.



Mapa 3: A Circulação de Drogas Sintéticas | Fonte: *O Globo*, 8/7/2000.

É importante salientar que quando me refiro aos discursos contraditórios sobre as drogas ilícitas estou considerando principalmente a face geopolítica da temática. Foi o modelo geopolítico que estimulou a representação espacial das drogas ilícitas na imprensa e considero aqui diferentes visões baseadas nesse modelo. No entanto, não pretendo desconsiderar a veiculação de discursos que critiquem de forma mais directa as bases do modelo vigente, questionando o proibicionismo e o ‘paradigma jurídico-policial’ (Eschortado 1997). Propondo políticas de redução de danos e descriminalização das drogas, esses discursos também aparecem na imprensa, mas geralmente não vêm acompanhados de mapas por não tratarem directamente da dimensão espacial da questão.

O mapa 3 não se contrapõe à concepção jurídico-policial. As drogas continuam a ser um caso de polícia e o objectivo da reportagem é alertar a sociedade para o crescimento de um uso abusivo de novas substâncias ilícitas. Este mapa introduz a ambiguidade simplesmente porque informa o leitor sobre a produção de drogas sintéticas nos EUA e na Europa, dado que foi omitido em muitas outras representações cartográficas. Sendo assim, esse mapa só é contraditório se considerarmos a face geopolítica da questão, que apresenta forte impacto sobre a construção de concepções sociais e políticas

públicas relativas às drogas ilícitas. Concebido e feito no Brasil, como é explicitado na reportagem, este mapa representa o tráfico de uma droga sintética a partir da visão de um país do hemisfério sul.

Observa-se assim que as tecnologias digitais facilitaram a produção de mapas próprios nos jornais brasileiros, que, ilustrando reportagens diferenciadas, acabaram difundindo imagens mentais diferenciadas sobre as drogas ilícitas. No primeiro mapa apresentado (mapa 1), os EUA, por exemplo, eram apresentados apenas como país consumidor de drogas ilícitas e sua produção havia sido omitida na representação da escala internacional. Já no segundo mapa, muitos países do hemisfério norte são classificados como produtores, embora o mapa não represente a circulação das drogas produzidas nesses países.

O terceiro mapa apresentado evidencia não só que as drogas sintéticas são produzidas nos EUA e na Europa, mas também representa sua circulação, tendo o Brasil como mercado consumidor. São informações diferenciadas, seleccionadas dependendo do contexto da reportagem na qual o mapa se insere. Constata-se assim, como a construção das imagens gráficas veiculadas nos jornais tem relação profunda com as imagens mentais e modelos explicativos existentes sobre a temática a ser cartografada.

V Conclusão

A identificação de omissões e destaques existentes nas práticas cartográficas seleccionadas para se representar as drogas ilícitas na imprensa evidencia como os mapas jornalísticos podem ser ricos objectos de estudo, com grande potencial para nos

informar as percepções espaciais existentes sobre fenómenos específicos. Para além de uma incorporação dos cânones da cartografia tradicional e de uma estigmatização da cartografia jornalística como uma forma “inferior” de representação do espaço, é

possível considerar os mapas veiculados na imprensa como imagens que constroem de forma pioneira as representações espaciais sobre as drogas ilícitas.

Frente à escassa produção académica sobre a temática, a imprensa escrita se transformou na principal produtora e divulgadora de representações espaciais sobre as drogas ilícitas. O que se buscou evidenciar aqui, é que esta rica produção iconográfica pode ser estudada sem uma hierarquização das formas de representação, ou seja, sem considerá-la como uma forma inferior de mapeamento, comparando-a com uma cartografia “científica”.

Observamos que o mapa 1 foi construído a partir da reprodução de um mapa produzido por uma instituição de pesquisa científica francesa, o que não lhe garantiu um maior grau de objectividade e precisão na selectividade das práticas cartográficas aplicadas. Por outro lado, os mapas 2 e 3 foram produzidos sem nenhuma relação com relatórios académicos ou estaduais e representam uma visão distinta do discurso geopolítico hegemónico

que envolve a produção, o processamento, a circulação e o consumo das drogas ilícitas.

Ao estabelecer relações entre as práticas cartográficas seleccionadas e os modelos explicativos existentes sobre a temática estudada, observa-se que a análise simbólica da cartografia jornalística não pode se restringir a um único grupo de ideias e valores. A introdução de técnicas digitais na produção e reprodução dos mapas jornalísticos, que foi intensamente aplicada no Brasil na década de 1990, facilitou uma produção local de mapas e permitiu que estes acompanhassem reportagens diferenciadas, difundindo imagens mentais diversificadas e ambivalentes sobre a geopolítica das drogas ilícitas.

De certa forma, esta análise específica também pode colaborar na construção de novas metodologias de pesquisa que busquem aprofundar uma análise interpretativa da cartografia jornalística, apontando para uma nova forma de estudar esta produção cartográfica peculiar a partir de um diálogo com teorias sobre imagem e representação.

Notas

¹ Entende-se aqui a ‘cartografia tradicional’ como uma cartografia normativa e oficial, que, segundo Brian Harley (1996, p.427 publicação original de 1989), busca definir um ‘modelo relacional ‘correcto’ do terreno’ privilegiando uma abordagem tecnicista da cartografia, uma ‘cultura das técnicas’ (Harley 1996, p.423).

² Ao longo de todo o artigo as passagens das referências em inglês foram traduzidas pelo autor no intuito de não prejudicar a fluência do texto.

³ A concepção da imagem como uma ‘grande família’ aparece anteriormente com o filósofo Jean Paul Sartre em seu livro de 1940, intitulado ‘O Imaginário’ (1989). Nesta obra o autor define a imagem como uma ‘intenção dirigida a um objecto ausente’ (Sartre 1989, p.36), o que para Michell (1986) é uma definição muito pertinente, pois não exclui as imagens mentais como de costume.

⁴ Não desconsidero aqui que exista uma definição de ‘mapa’ pela comunidade geográfica internacional. No entanto, concordo com Brian Harley (1996 original de 1989) quando este afirma que estas definições cada vez mais privilegiam o carácter técnico. O autor questiona instituições como a British Cartographic Society por propor duas definições de mapa ‘uma para os cartógrafos profissionais e outra para o público em geral’ (p.424), uma contendo a palavra arte e outra não. Mais recentemente, Crampton (2001) alerta para o facto de que existem definições oficiais que vem incorporado a visão do modelo do mapa como construção social. É o caso da International Cartographic Association, que definiu mapa como ‘uma imagem simbólica

da realidade geográfica, representando elementos ou características seleccionadas' (p.240). Frente às tendências distintas, optei por não inserir uma definição formal e institucional de mapa neste trabalho.

⁵ Faço referência aqui ao famoso conto de Jorge Luís Borges (2002 original de 1964), no qual o autor brinca com a ideia do mapa 1:1 a partir de um conto sobre um império e seus cartógrafos em busca de um mapa perfeito: 'Naquele império, a arte da cartografia logrou tal perfeição que o mapa de uma só província ocupava toda uma cidade e o mapa do império toda uma província. Com o tempo, estes mapas desmesurados não satisfizeram e os colégios de cartógrafos levantaram o mapa do império que tinha o tamanho do império e coincidia pontualmente com ele. Menos aditas ao estudo da cartografia as gerações seguintes entenderam que este dilatar do mapa era inútil e, não sem piedade, entregaram-no às inclemências do Sol e dos Invernos'.

⁶ Outro diálogo fundamental para a constituição de uma nova linha de pesquisa na cartografia foi feito com a semiologia. No entanto, no presente artigo optei por focar apenas na contribuição dos historiadores da arte, principalmente Panofsky e Gombrich.

⁷ Refiro-me aqui a instituições internacionais que geralmente publicam dados quantitativos relativos as drogas ilícitas, como a DEA (Drug Enforcement Administration), a Interpol e a ONU.

⁸ Nos Estados Unidos da década de 1950, quando Ristow (1957) escrevia seu artigo, os cartógrafos participavam activamente da construção dos mapas na imprensa. Com o passar do tempo poucos cartógrafos permaneceram no campo e muitos "designers gráficos" formaram equipes para trabalhar nos jornais. Na cartografia jornalística brasileira isso fica evidente quando comparamos mapas da década de 1970 com os actuais. Enquanto nos primeiros há assinaturas dos autores, que muitas vezes eram cartógrafos, nos mapas a partir da década de 1990 observa-se que a autoria passa a ser atribuída a um 'Departamento de Arte' dos jornais (Novaes, 2005).

⁹ Os exemplos apresentados deste trabalho foram seleccionados de uma pesquisa mais ampla (Novaes 2005), onde trabalhei com mapas de quatro jornais brasileiros entre os anos de 1975 à 2002: O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil. Embora distintos em alguns aspectos estes jornais apresentam muitas similaridades político-ideológicas, não havendo diferenças consistentes entre os editoriais. Silva (1998) destaca que estes quatro jornais apresentam características muito similares, já que podem ser classificados como os jornais 'de elite' do país. A escolha destes jornais também teve relação com as colocações de Monmonier (1989), que afirma que os jornais 'de elite', produzidos para um público leitor com escolaridade mais elevada, apresentam uma frequência maior de mapas acompanhando suas reportagens.

Bibliografía

- Agnew, J, Livingstone, D, N & Rodgers, A 1996 *Human Geography: An Essential Anthology* Blackwell, Oxford.
- Board, C 1967 'Maps as Models' In Chorley, R J & Haggett, P (eds) *Models in Geography*. Methuen, Londres.
- Borges, J L 2002 *O Fazedor*. Difel, Lisboa.
- Crampton, J W 2001 'Maps as Social Constructions: Power, Communication and Visualization', *Progress in Human Geography*. 25 (2), pp.235-252.
- Eschotado, A 1989 *Historia de las Drogas*. Alianza Editorial, 3 vol., Madrid.
- Eschotado, A 1997 'A Proibição: Princípios e Conseqüências' In Ribeiro, M M & Seibel, S D (eds). *Drogas: Hegemonia do Cinismo*. Memorial, São Paulo.
- Gilmartin, P 1985 'The Design of Journalistic Maps/ Purposes, Parameters and Prospects', *Cartographica*. 22 (4), pp.1-18.

- Gombrich, E H 1986 *Arte e Ilusão. Um estudo da psicologia da representação pictórica*. Martins Fontes, (1ª edição de 1959), São Paulo.
- Green, D R 1999 'Journalistic Cartography: Good or Bad? A Debatable Point', *The Cartographic Journal*. 36 (2), pp.141-153.
- Harley, J B 1988 'Maps, Knowledge and Power' In Cosgrove, D E & Daniels, S (eds.) *The Iconography of Landscape*. University of Cambridge Press, Cambridge.
- Harley, J B 1996 'Deconstructing the map' In Agnew J, Livingstone D, N, Rodgers, A 1996 *Human Geography: An Essential Anthology* Blackwell, Oxford, pp. 422-443.
- Kent, R B e Sanders, J M 1993 'Map use in Regional Newspaper in Midwestern United States 1930-1985', *Cartographica*.30 (2), pp.94-101.
- Labrousse, A & Wallon, A (dir.) 1993 *La Planète des Drogues*. Seuil, Paris.
- Lacoste, Y 1988 *A Geografia Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. (Tradução de Maria Cecília França), Papirus, (1º edição de 1976), Campinas.
- Machado, L O 1996 'O comércio de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?', In Castro I O, Gomes, P C C e Corrêa, R L (orgs.) *Questões atuais da reorganização do território*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. pp.15-64.
- Machado, L O 2000 'Limites e fronteiras. Da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade', *Revista Território*. Vol. 8, pp. 7-23.
- Mitchell, W J T 1986 *Iconology: Image, Text, Ideology*. University of Chicago Press, Chicago.
- Monmonier, M 1989 *Maps With the News: The Development of American Journalistic Cartography*. University of Chicago Press, Chicago.
- Novaes, A R 2005 *A Iconografia das Drogas na Imprensa (1975 – 2002)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Olmo, R D 1990 *A face oculta da droga*. (Tradução de Teresa Ottoni), Ed. Revan, Rio de Janeiro.
- Panovsky, E 1979 *Significado nas Artes Visuais*. Ed. Perspectiva, (1º edição de 1955), São Paulo.
- Rees, R 1980 'Historical Links between Cartography and Art', *Geographical Review*. 70, pp.60-78.
- Rementería, I 1991 'Production: panorama mondiale des cultures de drogue, In Delbrel, G (org) *Geopolitique de la Drogue*. La Decouverte, Paris, pp.40-49.
- Ristow, W W 1957 'Journalistic Cartography". *Surveying and Mapping* 17, (4): 369 – 390.
- Robinson, A H 1993 *Elements of Cartography*. John Wiley and Sons, Nova Iorque.
- Romani, O 2003 'Informações sobre Drogas na Imprensa: Ações, Valores e Orientações' In Batista, M, Cruz, M S e Mattias, R (eds.) *Drogas e Pós-Modernidade*. EdUERJ. Rio de Janeiro pp.33-42.
- Sartre, J P 1989 *Imaginação*. Bertrand Brasil, (versão original de 1940), Rio de Janeiro.
- Silva, C E L 1989 'La Influencia Americana en el Periodismo Brasileño', *Dialogos de la Comunicacion*. Junho, 24, pp.7-18.
- Speier, H 1941 'Magic Geography', *Social Research*. 8, pp.310-330.
- Wood, D 1992 *The power of maps*. Routledge, Londres.
- Wright, J K 1942 'Map Makers are Human: Comments on the Subjective in Maps', *Geographical Review*. Vol.32, pp.527-544.